

ACM quer corte no Judiciário

Da Agência Folha

Salvador — O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que o governo deveria considerar o corte de recursos no Judiciário como uma das alternativas para cobrir o déficit da Previdência. "Eu sou contra o aumento de impostos, mas o governo não pode perder uma receita sem substituí-la. Agora, ele tem que examinar se vai cortar gastos e, quem sabe, reduzir as despesas com o Judiciário para cobrir o rombo da Previdência", disse, referindo à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira de considerar inconstitucional a cobrança previdenciária dos servidores inativos e o aumento das alíquotas do pessoal da ativa.

TETO

O senador considerou ainda imoral o pedido de aumento de um teto salarial para o Judiciário. "Agora, uma coisa é certa: estabelecer um teto separado só para o Judiciário é imoral e eu não assinarei o aumento." Para Antonio Carlos, a decisão do STF em relação à contribuição previdenciária dos inativos tornou mais difícil a possibilidade de votação do teto para o Judiciário.

"Agora o governo terá menos recursos. Como é que ele vai gastar mais com a Justiça, que não está cumprindo o seu dever em vários estados e em vários setores?", provocou.

O senador também disse que o STF não pode ficar preso apenas à interpretação da lei. "Acho que o STF tem que ter uma interpretação mais ampla, como acontece com a Suprema Corte dos Estados Unidos, e verificar também os aspectos políticos e sociais das coisas. De qualquer forma, eu não discuto. Decisão do tribunal é para ser cumprida."